

A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICA: UM PANORAMA DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA, BRASIL

VANESSA ALINE SCHVEITZER SOUZA*

EVA CRISTINA LEITE DA SILVA**

Resumo: A pesquisa aborda a Organização da Informação (OI) e a Representação da Informação (RI), com foco na descrição arquivística de acervos fotográficos em arquivos públicos municipais de Santa Catarina, Brasil. O estudo destaca o valor da OI e da RI para garantir o acesso à informação, especialmente em documentos fotográficos impressos, que possuem valor histórico. A fotografia, enquanto documento arquivístico, registra eventos e transformações sendo relevante para a preservação de memórias e histórias. A pesquisa em tela é de natureza básica e exploratória, utiliza como instrumento o levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário. A investigação identificou 17 instituições com arquivos públicos, destas, apenas 10 participaram. O mapeamento nestas 10 instituições revelou que 70% não utilizam normas arquivísticas específicas na descrição fotográfica, comprometendo a padronização e recuperação da informação. Elementos como 'data' e 'local' são mais utilizados, mas há carência na aplicação completa da Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), adaptada da Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD(G)). A pesquisa concluiu que a ausência de OI e RI padronizada expressada na descrição arquivística compromete o acesso à informação, reforçando a necessidade de adoção sistemática de normas para garantir a preservação e a acessibilidade dos acervos fotográficos.

Palavras-chave: Acervo fotográfico; Organização da Informação; Descrição arquivística; Representação da Informação.

Abstract: The research addresses Information Organisation (IO) and Information Representation (IR), focusing on the archival description of photographic collections in public archives in Santa Catarina, Brazil. The study highlights the value of IO and IR in ensuring access to information, especially in printed photographic documents, which have historical value. Photography, as an archival document, records events and transformations, making it relevant for the preservation of memories and histories. The research is basic and exploratory in nature, using bibliographic surveys, document analysis, and questionnaires as tools. The investigation identified 17 institutions with public archives, of which only 10 participated. Mapping in these 10 institutions revealed that 70% do not use specific archival standards in photographic description, compromising the standardisation and retrieval of information. Elements such as 'date' and 'location' are most commonly used, but there is a lack of full application of the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE), adapted from the General International Standard Archival Description (ISAD(G)). The research concluded that the absence of standardised OI and IR expressed in archival description compromises access to information, reinforcing the need for the systematic adoption of standards to ensure the preservation and accessibility of photographic collections.

Keywords: Photographic collection; Information Organization; Archival description; Information Representation.

* Doutoranda, Universidade de Coimbra – Portugal. Email: vaschveitzer@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7223-7774>.

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSCAR) – Brasil. Email: eva.cristina@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4579-1064>.

INTRODUÇÃO

A pesquisa discute a Organização da Informação (OI) e Representação da Informação (RI), explorando processos como descrição arquivística e acesso à informação, o que representa uma preocupação com os sistemas de organização do conhecimento e seu impacto no acesso e uso da informação pelos usuários. O estudo, está delimitado no contexto da informação registrada orgânica, ou seja, aquela produzida e acumulada por instituições e indivíduos ao longo de suas atividades, constituindo o que se denomina documento arquivístico. Esses registros, especialmente no que tange à documentação pública e, ou de interesse público, se tornam essenciais para o acesso à informação, garantindo que a sociedade possa recuperar e interpretar seu passado.

O estudo em tela seleciona para a análise a OI e RI e justifica-se pela necessidade de abordar diálogos com a descrição arquivística de acervos fotográficos impressos, diálogos ainda pouco explorados na literatura científica.

A fotografia, enquanto documento arquivístico, é caracterizada por suas peculiaridades, organicidade e capacidade de fornecer evidências sobre um contexto específico. Nos arquivos municipais, ela documenta eventos oficiais, obras urbanas, inaugurações, personalidades políticas e transformações, especialmente no espaço urbano, tornando-se uma fonte documental para pesquisadores, gestores públicos e cidadãos. Além disso, fotografias acumuladas por prefeituras, secretarias e órgãos municipais refletem a dinâmica administrativa e as políticas públicas desenvolvidas ao longo do tempo. Filippi, Lima e Carvalho (2002, p. 11) destacam que, «a fotografia deixou definitivamente de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, uma matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais.». A fotografia é retratada como um exemplo de espécie documental, um importante elemento do patrimônio documental de uma sociedade, e passível de ser produzida em contexto arquivístico. Este documento pode proporcionar aos indivíduos informações de diferentes naturezas, tais como: culturais, históricas, sociais, políticas, econômicas etc., e assim fazer parte para a construção da memória de uma sociedade. A imagem fotográfica como documento «revela aspectos de vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta» (Cardoso e Mauad 1997, p. 575). Através da fotografia, pode-se representar iconicamente uma lembrança do passado, um flagrante surpreendente, aspectos arquitetônicos, obras públicas e entre outros fatos. Diante disso, a fotografia registra aspectos de um evento e pode ser uma das fontes contributivas às leituras e releituras de histórias e à preservação de memórias.

Neste contexto foi investigado sobre a OI e RI Arquivística, com foco na descrição de acervos fotográficos em arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina, no Brasil. O estudo teve como objetivo mapear os acervos fotográficos impressos dos

arquivos públicos e o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à OI e RI explicitada na descrição arquivística para a facilitação do acesso.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica e exploratória, que utiliza levantamento bibliográfico e análise documental. Como suporte de registro para este estudo, utilizou-se um diário de campo. Para a coleta de dados, foram identificadas dezessete (17) instituições públicas municipais localizadas no Estado de Santa Catarina e pertencentes ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos brasileiros. Em outubro de 2020, foi aplicado um questionário aos responsáveis pelos arquivos públicos municipais catarinenses, o questionário contemplou informações a respeito de todas as funções arquivísticas, mesmo não sendo todas o foco da pesquisa em tela. Contudo, somente dez arquivos públicos participaram da pesquisa e responderam ao questionário, o resultado apresentado reflete a pesquisa nas 10 instituições respondentes.

1. FOTOGRAFIA: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Paul Otlet (1934) refere-se ao documento podendo ser «livro, manuscritos, revistas, jornais, escritas e reproduções de todos os tipos gráficos, [...], gravuras, mapas, [...], fotografias» (Otlet 1934, p. 9). Para o autor, o termo «documento» ou «unidade documental» poderia ser utilizado para designar qualquer coisa que fosse informativo, não importando seu tipo de suporte. Ressalta-se que a abordagem apresentada por Otlet é dos anos 30 (século XX), entretanto, representativa para os dias atuais.

Originada no século XIX, a fotografia é uma invenção relativamente recente que trouxe ao contexto social uma representação visual considerada «aparentemente real» dos fatos e acontecimentos de cada época. Sua função documental se intensifica na sociedade industrial, marcada pela expansão das metrópoles, pelo crescimento da economia monetária, pela industrialização e pelas transformações nos modos de comunicação, no espaço e no tempo, além do avanço da democracia. Nesse cenário, a natureza mecânica da fotografia conferiu-lhe, já na metade do século XIX, o *status* de imagem representativa da sociedade industrial, sendo a mais apropriada para documentar, servir como instrumento de registro e expressar os valores desse período (Rouillé 2009).

Meneses (2002) explica que, no século XIX, a fotografia era imposta como uma evidência do «real», ou seja, era algo neutro, eficaz e imune às manipulações. Naquele século, a fotografia era vista como um «efeito-verdade», referindo-se a um testemunho totalmente confiável. Desde sua invenção «a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, ‘testemunho da verdade’ do fato ou dos fatos» (Kossoy 2016, pp. 21-22).

Contudo, a partir do século XX, consolida-se uma concepção distinta sobre a fotografia, que passa a ser compreendida não mais como um espelho da realidade,

mas como um registro sujeito a ambiguidades e múltiplas interpretações (Meneses 2002; Barthes 2011). Como afirma Sontag (2004, p. 16), «a foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo que existe ou existiu era semelhante ao que está na imagem.». Nesse sentido, os questionamentos acerca da neutralidade e da objetividade da imagem fotográfica emergem de forma gradual e histórica, especialmente intensificados em contextos de conflito — como as guerras civil e mundial — em que fotografias foram amplamente utilizadas como instrumentos de manipulação da informação.

Assim, a origem da fotografia enquanto documento assume papel central em sua adequada contextualização. Compreender e trabalhar com fotografias implica, portanto, investigar suas condições de produção (contexto), autoria e os propósitos que motivaram sua criação, elementos essenciais à sua interpretação arquivística e informacional. Nessa perspectiva, enfatiza-se que a fotografia é uma construção sujeita a interferências e interpretações ou distanciamentos da verdade.

Como aponta Sontag (2004, p. 17), embora a câmera capture a realidade, as fotografias são interpretações do mundo, assim como pinturas ou desenhos. Portanto, compreender o contexto e os motivos de sua produção é fundamental para sua adequada leitura. Meneses (2002) destaca que a imagem em si não mente, mas pode ser manipulada por diferentes discursos dos homens. Sontag (2004) reforça que fotografias podem ser alteradas — recortadas, retocadas, ampliadas — afetando sua leitura, ou seja, seu real significado. Assim, a interpretação da imagem exige a compreensão de sua gênese e dos sentidos atribuídos a ela.

Os documentos fotográficos após OI e RI, especificamente na descrição arquivística, devem constar informações que comprovem e contextualizem sua origem a fim de facilitar a identificação do conteúdo e torná-lo acessível à sociedade. O objetivo de representar uma imagem fotográfica e torná-la acessível, ou seja, possibilitar o acesso à informação ao usuário, algumas vezes torna-se complexo.

Lacerda (2012, p. 293), reforça a ideia de que é necessário conhecer «o autor da imagem, o autor institucional e as pessoas que colaboraram para que a imagem fosse criada e se tornasse capaz de cumprir uma função. Esses dados podem referir-se tanto à forma física quanto à intelectual». O autor ainda explica que as fotografias avulsas presentes em arquivos públicos e privados, muitas vezes organizadas de forma diversa, demandam recontextualização. É essencial analisar sua materialidade e buscar, em documentos correlatos do mesmo fundo, indícios sobre sua origem e função. Assim, essas imagens podem ser organizadas adequadamente e disponibilizadas para o acesso público (Lacerda 2012).

Ressalta-se aqui aspectos fundamentais da fotografia enquanto documento arquivístico, origem, finalidade, organicidade e usos. Para que isso ocorra, é essencial que o documento fotográfico seja tratado e reconhecido como os demais documentos

arquivísticos. Ou seja, necessita ser contextualizado e apresentar veracidade, imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento, unicidade (Duranti 1994). Entretanto, para realizar o tratamento do documento arquivístico (físico e intelectual) é necessário que ocorra um conjunto de funções arquivísticas, quais sejam: criação/produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, conservação/preservação e difusão (Rousseau e Couture 1998). Essas funções acompanham todo o ciclo pelo qual o documento arquivístico percorre, desde sua criação até sua destinação final, especialmente respeitada a destinação de vida perene aos documentos históricos. No texto em tela reitera-se que o foco estará na OI, RI e descrição arquivística em prol do acesso, OI e RI abordadas a seguir.

2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A produção crescente de informação resultou na multiplicação de diversas espécies documentais, com isso exige processos de organização e representação para possibilitar sua recuperação, acesso e disseminação. Tornar pública a informação gerada por uma entidade é parte da disseminação do conhecimento. Nesse contexto, a organização e a representação da informação envolvem elementos fundamentais para a descrição e identificação dos atributos dos documentos arquivísticos (Frizon e Baptista 2015; Lima e Alvares 2012). Para Dodebei (2002, p. 28), a representação da informação é constituída por objetos e propriedades, os objetos são «coisas que queremos representar», e as propriedades «são características dessas coisas». Assim, quando a humanidade começa a utilizar os símbolos para representar e conseqüentemente registrar as informações, abre-se um caminho para a disseminação de saberes.

Campos (2004) esclarece que a OI e a OC são processos que fazem parte da Ciência da Informação, responsáveis por produzir dois tipos de representação da informação. No primeiro (OI), a representação da informação é um conjunto de atributos que descrevem as características (física e intelectual) de um determinado objeto informacional. No segundo tipo (OC), se dá por meio de conceitos que possibilitam a descrição e aclaração relacionada a fenômenos observados.

Sob o domínio da Arquivologia, a OI e RI ocorrem especialmente nas funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição (Sousa 2007). E, segundo Hagen (1998), na descrição, tema norteador deste estudo, se considera «sempre [...] a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência», diferenciando-se assim das demais ciências na área da informação, como por exemplo a Biblioteconomia e a Museologia (Hagen 1998, p. 5).

Entretanto, Ribeiro (2011) propõe uma abordagem distinta no que se refere à OI e RI em fundos arquivísticos. A autora identifica três operações fundamentais nesse contexto: classificação, descrição e indexação. De acordo com Ribeiro (2011),

a indexação nos arquivos deve respeitar a organicidade dos fundos documentais, partindo de elementos gerais para, então, considerar as particularidades inerentes ao contexto arquivístico. Além disso, a autora destaca que, para além das etapas de classificação e descrição, é igualmente essencial definir as estratégias de recuperação da informação tratada. Isso implica refletir sobre os pontos de acesso a serem criados, a forma dos descritores de acesso e a escolha do vocabulário de indexação que deve ser utilizado (Ribeiro 1996).

Assim, evidencia-se o valor e importância da organização e representação da informação fotográfica, tendo em vista a descrição como parte do processo. Nesse contexto, OI e RI tornam-se fundamentais para a recuperação e o acesso à informação. Aspectos como época, lugar, método, cultura, disciplina, teoria são capazes de esboçar a lente utilizada pelo autor do documento para materializar aquela informação (Gnoli 2012). É oportuno lembrar que o cerne deste estudo não se trata da classificação, ainda que ela dialogue diretamente com a descrição.

Esta pesquisa adota a abordagem de Bräscher e Café (2008) para compreender os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Nessa perspectiva, a OI refere-se à descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, enquanto a RI é o resultado desse processo. Já a OC está relacionada à construção de conceitos, sendo a RC operacionalizada por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). A pesquisa centra-se, portanto, na OI e RI em acervos fotográficos de arquivos públicos, elegendo a descrição arquivística como função essencial nesse processo, o que justifica a necessidade de sua contextualização.

2.1. Descrição arquivística

A descrição arquivística é concebida como atividade basilar no processo de representação da informação. Este processo insere-se no âmbito mais amplo da gestão documental, imprescindível à organização e recuperação dos documentos arquivísticos em instituições públicas e privadas (Bernardes 2015). «A fotografia dificilmente traz alguma informação escrita e, quando traz, nem sempre é absolutamente correta ou descreve o conteúdo geral da imagem. Por isso é necessário pesquisar» (Alves e Valério 1998, p. 7).

Informações como: «quem?», «quando?», «onde?» e «porquê/como?» fazem parte de uma composição de elementos importantes no processo de descrição e contextualização da fotografia (Alves e Valério 1998; Lopez 2009). A descrição é uma das funções arquivísticas propostas por Rousseau e Couture (1998), cujo objetivo é garantir o acesso e a preservação da informação. Para isso, é necessário empregar instrumentos normativos como a ISAD(G), que define a descrição como a representação sistemática de uma unidade documental com vistas à identificação e contextualização do documento (Conselho... 2000). No Brasil, a NOBRADE sistematiza

esse processo com base em oito áreas de descrição, promovendo padronização e acesso (Brasil 2006). Além disso, destaca-se a indexação como complemento à descrição. Ao atribuir termos representativos ao conteúdo documental, especialmente fotográfico, a indexação favorece a recuperação temática da informação (Rodrigues 2014; Ribeiro 2011).

A análise e a contextualização da imagem são etapas para a definição de descritores precisos, na qual reflete diretamente na recuperação e no acesso aos documentos. Dessa forma, a descrição e a indexação são compreendidas como práticas interdependentes que visam garantir a representação adequada dos documentos arquivísticos e a efetiva disseminação da informação à sociedade. Ambas requerem rigor técnico e normativo, sendo indispensáveis ao tratamento da informação no campo arquivístico.

3. DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram mapeados dez 10 arquivos públicos com acervos fotográficos impressos. Da investigação do tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à OI e RI explicitada na descrição arquivística para à facilitação do acesso, os resultados indicam que os arquivos públicos do Estado de Santa Catarina conservam um volume expressivo de fotografias impressas, sendo que 70% dos arquivos recebem ou recolhem documentos fotográficos impressos. Ainda que existam possíveis transições do comportamento da fotografia analógica para a digital, verifica-se, por meio dos dados, que as fotografias impressas resistem ao tempo (são criadas, utilizadas e armazenadas), permitindo compreender informações e construir novos conhecimentos.

Ao identificar a procedência do acervo fotográfico, ou seja, o principal modo de «produção» das fotografias nos arquivos catarinenses, majoritariamente as opções «produção dos próprios setores dos municípios» e a «doação de fotografias procedentes de acervos pessoais» são as alternativas mais indicadas. A identificação de quem produziu uma fotografia torna-se um dos elementos obrigatórios no processo de descrição arquivística, atribuindo dados para a contextualização do documento, assim como também corresponde à afirmação de sua proveniência (Brasil 2006).

Em termos temáticos, os acervos abrangem, sobretudo, registros de eventos cívicos, religiosos, políticos, desastres naturais, patrimônio arquitetônico e paisagens. A fotografia possibilita o registro de um momento, podendo ser um instante do passado, como o presente em nossas vidas. Essa representação constitui na concepção da história, cultura e educação de uma sociedade (Boccatto e Fujita 2006).

Quanto à composição cromática, observou-se a predominância de fotografias em P&B (preto e branco). Da cronologia dos acervos é possível constatar uma predominância de fotografias dos séculos XX e XXI nos acervos fotográficos catarinenses. As fotografias evidenciam narrativas que podem auxiliar na construção de conhecimentos

inéditos, diante disso a cronologia fotográfica pode indiciar determinados comportamentos (arquitetura, costume, vestuários, transporte e outros) de diferentes épocas.

Mariz e Dutra (2018) discorrem que a fotografia nos instruiu por meio de novos códigos a ampliar o olhar sobre as coisas, em ver o mundo de outra forma, entretanto a contextualização de sua produção implica em informações fundamentais para a estruturação de seu significado.

Para o acondicionamento das fotografias, destaca-se o uso de envelopes de papel e caixas arquivísticas, embora ainda haja fragilidades nos métodos de conservação. Parte significativa das instituições aplica medidas de controle preventivo, como higienização e controle de umidade, com foco na preservação dos documentos.

No que se refere às funções arquivísticas, a função mais apontada entre os arquivos participantes foi a «preservação», presente em sete instituições, apesar de determinados autores não vincularem diretamente a preservação com a OI e RI, considera-se aqui ela essencial para permitir o acesso à informação a longo prazo, que é objetivo da OI e RI.

O processo de «classificação» foi identificado 60% das respostas nos arquivos participantes deste estudo. Já as atividades realizadas de «avaliação», «descrição» e «difusão» nos documentos fotográficos tiveram uma incidência de 50% nos arquivos. Contudo, apesar dessa incidência, os dados revelaram que, entre os arquivos que realizam o processo de descrição, 20% não utilizam normas arquivísticas específicas aplicadas à descrição de fotografias. Portanto, a descrição (sem critérios) é desenvolvida em determinados arquivos municipais de Santa Catarina e 30% com base nas normas nacional e internacional. Sendo assim, não é uma prática consolidada nem em 50% das instituições pesquisadas, pois nem sempre seguem as normas técnicas recomendadas (como a ISAD(G) ou a NOBRADE).

A descrição aparece como uma função crítica, quase ignorada entre os arquivos pesquisados e a sua ausência interfere diretamente na recuperação da informação. A sua existência indica que houve OI e RI essencial para garantir o acesso à memória iconográfica do estado de Santa Catarina.

Se os documentos arquivísticos são classificados e preservados é porque neles constam informações que se quer recuperar em momento posterior à sua produção. De tal modo, entende-se que a descrição é uma tarefa basilar no trabalho de arquivos, objetivando o acesso à informação. Com uso e a padronização de normas, a descrição arquivística passa a empregar a OI e RI não apenas intrínsecas aos documentos arquivísticos, como também as extrínsecas (contexto), ou seja, seus produtores (pessoas e instituições) e as razões que os levam a criar os documentos (funções) (Llanes Padrón 2012). Isso é determinante para leituras e releituras de imagens fotográficas, nas quais o contexto e a função de imagem apresentam informações essenciais para o entendimento da fotografia.

A análise também revelou que os arquivos organizam seus acervos por diferentes critérios, com destaque para a classificação por «assunto (tema)», apontada por seis instituições. Também foram registrados formas de organização por «fundos documentais», «coleção», «série», «subsérie», «item documental» e «outros». O resultado indicia que 50% dos arquivos estudados adota apenas uma forma de organização, enquanto a outra metade emprega múltiplos critérios de organização no acervo fotográfico. A organização e a existência de instrumentos de pesquisa são importantes para a garantia do acesso à informação, conforme previsto legalmente.

Rodrigues (2003, p. 228) explica que «a função descrição antecipa e fornece os dados necessários para que sejam produzidos os mais variados instrumentos de pesquisa. É essa atividade que permite, num primeiro momento, a comunicação e a consulta aos arquivos». Dessa forma, entende-se que cada arquivo com auxílio de normas e processamento técnico pode elaborar seu próprio instrumento de pesquisa, sempre com o propósito de atender os usuários internos ou externos da instituição em suas buscas por informação.

Catálogos, índices, guias, inventários e outros são diferentes tipos de instrumentos, contudo, todos têm a função de localizar e viabilizar o acesso às informações armazenadas em um acervo arquivístico. No entanto, observou-se que nem todos os arquivos pesquisados dispõem de tais instrumentos de forma sistemática.

A pesquisa evidenciou que apenas parte dos arquivos possuem alguns instrumentos de pesquisa, como o catálogo, o inventário, o guia e o índice, sendo ainda mais restrita a presença desses recursos em formato digital e disponíveis para consulta pública. Todavia, Herrera (1991) salienta que não adianta ter um bom plano de descrição e elaborar um instrumento de pesquisa sem que o mesmo se torne conhecido e de fácil acesso. Das sete instituições que afirmam dispor instrumentos de pesquisa, dois arquivos indicaram que o disponibilizam em formato digital, sendo que uma instituição relatou ter em partes (metade impresso/metade digital). Sob a ótica da OI e RI, a descrição arquivística, quando normatizada e aplicada conforme as normas, atua como dispositivo de mediação semântica, promovendo a inteligibilidade e a contextualização dos documentos fotográficos. Assim, a descrição deve ser compreendida como processo técnico que opera tanto no nível da materialidade documental quanto na construção conceitual dos sentidos históricos e sociais inscritos nas imagens.

Nesse contexto, a pesquisa revela a importância da descrição arquivística e a adoção de instrumentos de pesquisa alinhados a normas nacionais e internacionais, pois estes são indispensáveis para garantir o direito ao acesso à informação, a memória coletiva e a visibilidade dos patrimônios fotográficos regionais no contexto informacional contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia, embora recente na história da humanidade, está presente em diversos contextos — familiar, cultural, histórico, jurídico e empresarial. Na Arquivologia, sua interpretação depende do contexto, o que torna a descrição arquivística fundamental. A adoção de normas nesse processo busca padronizar as informações, com o intuito de facilitar a organização, identificação, representação, recuperação e acesso aos documentos fotográficos.

Enquanto documento arquivístico, uma foto, requer cuidados específicos de conservação, mas isso não a isenta da aplicação das demais funções arquivísticas, como classificação, avaliação e descrição. Ao contrário, para preservar suas características de documentos arquivístico, a imagem fotográfica deve ser tratada segundo os mesmos princípios e funções aplicados a qualquer documento sob custódia em um arquivo.

A análise revelou que, mesmo entre os arquivos que afirmaram dispor de instrumentos de pesquisa, há uma considerável heterogeneidade nos métodos, conteúdos e estruturas descritivas adotadas. Guia e índice constituem os instrumentos mais mencionados, embora nem sempre obedeçam a normas técnicas arquivísticas como a ISAD(G) ou a NOBRADE. Algumas instituições produzem descrições com base empírica, carentes de padronização e sem incorporação de elementos essenciais como contexto de produção, autoria ou proveniência, comprometendo a qualidade da representação informacional.

A ausência de instrumentos de pesquisa adequados compromete a função social dos arquivos, dificultando a democratização do acesso aos documentos fotográficos. Ressalta-se, portanto, a necessidade de investir na elaboração e disponibilização desses instrumentos, alinhados às normas arquivísticas, para assegurar a efetiva representação da informação e ampliar o acesso à memória visual preservada nos arquivos públicos do estado.

Outro ponto crítico identificado foi a limitação quanto à digitalização e à disponibilização pública desses instrumentos. Apenas dois arquivos permitem consulta digital efetiva, restringindo o acesso remoto aos documentos e, por conseguinte, à memória social neles contida. A ausência de um padrão normativo compromete o princípio da interoperabilidade e a articulação entre acervos.

Ainda existem lacunas na literatura sobre as interpretações e ambiguidades que a fotografia pode provocar na sociedade. Embora o método de descrever imagens exija discussões mais aprofundadas, é unânime que as normas de descrição arquivística são ferramentas basilares para padronizar e extrair dados. A ausência de atividades arquivísticas, como avaliação, classificação, descrição e preservação, resulta no acúmulo desordenado de imagens sem sentido informacional. Acervos fotográficos preservam a memória social e integram o patrimônio do país, sendo fundamental que estejam

organizados e acessíveis. Para garantir o acesso à informação, é imprescindível que as instituições se responsabilizem pela custódia e tratamento desses documentos, independentemente do suporte (físico ou digital).

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. C., e S. A. VALÉRIO, 1998. *Manual para indexação de documentos fotográficos* [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manualindexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf.
- BARTHES, R., 2011. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BERNARDES, I. P., 2015. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. *Acervo* [Em linha]. **28**(2), 164-179 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>.
- BOCCATO, Vera R. C., e Mariângela S. L. FUJITA, 2006. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos BAD* [Em linha]. **2**(dez.) [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.794>.
- BRÄSCHER, M., e L. CAFÉ, 2008. Organização da informação ou organização do conhecimento? Em: *IX ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais*. São Paulo: ANCIB/USP, pp. 1-14.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos, 2006. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es-t%C3%A9m%C3%A7icas/nobrade-detail.html>.
- CAMPOS, M. L. de A., 2004. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. *Ciência da Informação*. **33**(1), 22-32.
- CARDOSO, Ciro F., e Ana M. MAUAD, 1997. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. Em: Ciro F. CARDOSO, e Ronaldo VAINFAS, org. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, cap. 18.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf.
- DODEBEI, Vera L. D., 2002. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Intertexto, Ed. Interciência.
- DURANTI, L., 1994. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. **7**(13), 49-64.
- FILIPPI, P. de, S. F. de LIMA, e V. C. de CARVALHO, 2002. *Como tratar coleções de fotografias* [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf.
- FRIZON, G. A., e D. M. BAPTISTA, 2015. Indexação e representação: uma reflexão diante de novas tipologias documentais. Em: D. M. BAPTISTA, e R. H. ARAÚJO JÚNIOR, org. *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília, DF: Thesaurus, pp. 159-187.
- GNOLI, C., 2012. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic and documental dimensions. *Knowledge Organization* [Em linha]. **39**(4), 268-275 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://mate.unipv.it/~gnoli/gnoli2012.pdf>.
- HAGEN, A. M. M., 1998. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*. **27**(3), 1-7.

- HERRERA, A. H., 1991. *Archivística general: teoría y práctica*. 5.^a ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.
- KOSSOY, B., 2016. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 5.^a ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- LACERDA, A. L. de, 2012. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [Em linha]. **19**(1), 283-302 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015>.
- LIMA, José L. O., e Lilian ALVARES, 2012. Organização e representação da informação e do conhecimento. Em: L. ALVARES, org. *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, pp. 21-34.
- LLANES PADRÓN, Dunia, 2012. La Descripción Archivística: un Antes y un Después Marcado por Isad(g) y los nuevos paradigmas archivísticos. Em: M. L. P. VALENTIM, org. *Estudos avançados em arquivologia* [Em linha]. Marília: Cultura Acadêmica, pp. 155-180 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf.
- LOPEZ, André P. A., 2009. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. *Arquivo & Administração* [Em linha]. **8**(1), 59-71 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51262>.
- MARIZ, A. C. A., e M. da S. DUTRA, 2018. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. *ÁGORA: Arquivologia em debate* [Em linha]. **28**(56), 4-17 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/693>.
- MENESES, U. T. B. de, 2002. A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo* [Em linha]. **14**, 131-151 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094007>.
- OTLET, P., 1934. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique* [Em linha]. Bruxelles: Mundaneum [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf.
- RIBEIRO, F., 2011. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. Em: F. F. de SOUSA, e E. C. dos SANTOS, org. *A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis*. Recife: Bagaço, pp. 31-59.
- RIBEIRO, F., 1996. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos* [Em linha]. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/10721>.
- RODRIGUES, G. M., 2003. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. Em: G. M. RODRIGUES, e I. L. LOPES, org. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, vol. 2, pp. 210-230.
- RODRIGUES, R. C., 2014. Organização de fotografias: análise, tematização e determinação de discursos da fotografia. *Ciência da Informação* [Em linha]. **43**(3), 191-203 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3962>.
- ROUILLÉ, A., 2009. *A fotografia: entre documentos e arte contemporânea*. São Paulo: Ed. Senac.
- ROUSSEAU, J.-Y., e C. COUTURE, 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SONTAG, S., 2004. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUSA, Renato T. B. de, 2007. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. Em: V. B. dos SANTOS, H. C. INNARELLI, e R. T. B. de SOUSA, org. *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília: SENAC, pp. 77-172.